

Ficha de unidade curricular

Curso de **Mestrado em Direito e Prática Jurídica**

Unidade curricular

Direito Internacional e Europeu de Ambiente e Energia

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Heloísa Oliveira (2h/semana)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O direito internacional dedicado à proteção ambiental, surgido na década de 1970, sofreu significativa evolução durante os últimos 50 anos, não só em resultado da sua expansão material, mas sobretudo por força das suas especificidade dogmática e dinâmica própria. O atual contexto de alterações climáticas representa o mais recente motivo para o aprofundamento da sua singularidade, agora associado à transição energética. Pretende-se com esta disciplina que os alunos fiquem aptos à identificação das situações da vida reguladas pelo direito do ambiente e à aplicação prática da regulação jurídica.

Através dos métodos a implementar, os alunos deverão desenvolver também competências ao nível da pesquisa de fontes de informação (jurídica e extrajurídica), compreensão crítica e procura de soluções jurídicas para resolução de problemas, trabalho em equipa, assim como de competências lógico-argumentativas.

Conteúdos programáticos

1. **Direito Internacional e Europeu do Ambiente: origens e evolução**
2. **A estrutura do Direito Internacional e Europeu do Ambiente**
3. **A penetração das questões energéticas no Direito Internacional e Europeu do Ambiente**
4. **Princípios de Direito Internacional e Europeu do Ambiente**
5. **Direito Internacional do Ambiente em particular**
 - 5.1. Sujeitos e atores do Direito Internacional do Ambiente
 - 5.2. Fontes do Direito Internacional do Ambiente
 - 5.3. Direito humano ao ambiente e direitos humanos e proteção ambiental
6. **Direito Internacional e Europeu do Ambiente: uma seleção de regimes em especial**
 - 6.1. Prevenção de impactes ambientais
 - 6.2. Controlo da poluição
 - 6.3. Proteção da biodiversidade
 - 6.4. Alterações climáticas e energia
 - 6.5. Mar
 - 6.6. Áreas conexas do direito internacional e do direito da União Europeia
7. **Litigância ambiental e climática**
 - 7.1. Tribunais e órgãos internacionais
 - 7.2. Tribunais nacionais

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abordam e aprofundam de forma transversal os vários instrumentos legais de direito internacional e europeu que têm como finalidade a proteção ambiental. A perspetiva transversal adotada permite obter um conhecimento compreensivo do ordenamento jurídico ambiental e uma perspetiva crítica quanto às suas omissões e incoerências.

Método de ensino (avaliação incluída)

Serão indicadas as leituras a efetuar antes de cada aula, desenvolvendo-se o trabalho de análise crítica das questões em conjunto na aula, entre alunos e com mediação pelo professor, através do recurso a métodos de discussão argumentativa, resolução de problemas e estudo de caso. No final de cada aula, será feita pelo professor a sistematização conclusiva das leituras e dos trabalhos desenvolvidos. Cada aluno aprofundará um tema à sua escolha para efeitos de elaboração de um pequeno trabalho escrito, que deverá ser desenvolvido ao longo do semestre, com acompanhamento pelo docente.

Além do exame obrigatório, a avaliação assenta nos elementos na participação nas aulas e na elaboração de um trabalho sobre tema do programa.

Demonstração da coerência dos métodos de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método de ensino é focado na aprendizagem ativa do aluno com trabalho prévio individual, sendo a exposição complementar e sistematizadora. O método permite a individualização na relação entre professor e aluno e acompanhamento da evolução do processo de aprendizagem, bem como a flexibilização em torno das temáticas preferenciais (sendo livre, ainda que sob orientação, a escolha do tema do *paper*). O trabalho conjunto que se propõe é, comprovadamente, o mais apto à construção consolidada do conhecimento pelo aluno e ao desenvolvimento de competências gerais de compreensão de temas, resolução de problemas e análise crítica, e de capacidades lógico-argumentativas.

Bibliografia de partida

- AMADO GOMES, C., *Introdução ao Direito do Ambiente*, 6.ª ed., Lisboa: AAFDL, 2023
 - *Direito Internacional do Ambiente. Uma abordagem temática*, Lisboa: AAFDL, 2018
- AMADO GOMES, C. / OLIVEIRA, H. (Eds.), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol. I – *Parte geral*, 2.ª edição, Lisboa: CIDP/ICJP, 2022.
- AMADO GOMES, C./OLIVEIRA, H. (Eds.), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol. II – *Parte especial*, Lisboa: CIDP/ICJP, 2022.
- BODANSKY, D./BRUNNÉE, J./HEY, E. (Eds.), *The Oxford Handbook of International Environmental Law*, Oxford University Press, 2008
- FITZMAURICE, M., *Contemporary issues in International Environmental Law*, Edward Elgar Publishing, 2009.
- FITZMAURICE, M./ONG, D. M./MERKOURIS, P., *Research Handbook of International Environmental Law*, Edward Elgar Publishing, 2009.
- KAHL, W. / WELLER, M.-P. (Eds.), *Climate Change Litigation – A Handbook*, Beck/Hart/Nomos, 2021.
- KINGSTON, S./HEYVAER, V./ ČAVOŠKI, A., *European Environmental Law*, Cambridge University Press, 2017.
- KRÄMER, L./ORLANDO, E., *Principles of Environmental Law*, vol VI, Edward Elgar Publishing, 2018.
- OLIVEIRA, H., “International representation of environmental interests”, *Ordem Jurídica Global do século XXI - sujeitos e atores no palco internacional* (Orgs.: Maria Luísa Duarte/Ana Rita Gil/Tiago Fidalgo de Freitas), AAFDL, 2020, pp. 391-419.
 - “Direitos Humanos e proteção do ambiente”, *Direitos humanos e Estado de Direito* (Orgs.: Maria Luísa



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Duarte/Ana Rita Gil/Tiago Fidalgo de Freitas), AAFDL, 2022, pp. 769-806.

- SCOTFORD, E., *Environmental principles and the evolution of Environmental Law*, Hart Publishing, 2017.
- TALUS, K., *Introduction to EU Energy Law*, Oxford University Press, 2016.
- VILCHEZ MORAGUES, P., “Climate litigation, taking stock of an increasingly complex trend of legal actions”, *E-Pública: Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 984 (2022), 180-209.
- SANDS, P./PEEL, J., *Principles of International Environmental Law*, Cambridge University Press, 2018.